

Um Brasil desconhecido por muitos brasileiros

Agroecologia como Solução para as Crises Alimentar, Ecológica e Social

No Brasil, a agroecologia é praticada pela agricultura familiar camponesa, por povos e comunidades tradicionais em suas territorialidades, sendo desenvolvida nos seis biomas brasileiros. Desde a década de 60, é defendida por movimentos nacionais e regionais organizados no Brasil. Eles reivindicam a posse de suas terras e as condições para produzir de forma sustentável a partir do emprego de práticas agroecológicas, entendidas como alternativa real ao modelo de desenvolvimento brasileiro.

Histórico e contexto da agricultura no Brasil

A agroecologia deve ser compreendida como uma ciência que agrega conhecimentos advindos das experiências de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais. Também deve ser vista como expressão da luta e resistência dos seus atores contra o modelo vigente de produção agropecuária e consumo.

O primeiro registro sobre a agricultura no Brasil vem dos relatos sobre as sociedades indígenas, que desenvolveram sistemas de cultivo com base na diversificação das culturas, principalmente, alimentares, que combinavam cultivos de ciclos curtos, médios e longos, como amendoim, mandioca, tabaco, batata doce, milho, árvores e arbustos da floresta tropical, em um sistema complexo de manejo ecológico. A partir da chegada dos colonizadores europeus, por volta do ano de 1500, estas populações originárias foram “influenciadas” - a maioria através da escravidão - pela cultura do colonizador, iniciando um processo paulatino de simplificação desses sistemas, que se estende até os tempos atuais.

A partir da segunda metade do século passado, o Brasil incorpora a “onda” de modernização no setor agropecuário que chegava aos países em desenvolvimento ao adotar tecnologias baseadas na mecanização agrícola, insumos externos (sementes, agrotóxicos e fertilizantes), investimentos em infraestrutura e políticas de financiamento público (créditos bancários, boa parte deles subsidiados) sob o anúncio de que isso proporcionaria ao país um aumento de sua produção como nunca antes visto, transformando-o no “celeiro do mundo”.

O modelo vigente de desenvolvimento neste período era voltado para a exportação. Por isso, manteve a prática da monocultura em escala, herdada do Brasil colônia, aliada a um “pacote” tecnológico adaptado às novas necessidades de expansão do chamado complexo agroindustrial – que tinha como principais expressões a indústria alimentícia mundial e grandes multinacionais produtoras de máquinas e implementos agrícolas. Esse modelo foi “vendido” e disseminado como a “nova panaceia” para toda forma de agricultura - familiar ou empresarial. Paralelamente, a velha e extremamente concentrada estrutura fundiária brasileira foi mantida. Não houve iniciativas relacionadas à regularização fundiária das médias e pequenas propriedades a partir da reforma agrária, o que impediu a distribuição de terras improdutivas e/ou desocupadas a famílias sem propriedade de terra.

Assim, consolidou-se a chamada “Revolução Verde” brasileira, que direcionou vultosos investimentos públicos para quem, de fato, detinha a propriedade da terra, ou seja, para médios e grandes agricultores, descritos como aqueles com posse acima de cem hectares. Com a implementação desse modelo, houve um aumento acentuado da concentração fundiária, tanto pela perda das propriedades de médio porte – única garantia dada ao banco para obtenção de empréstimos¹, quanto pela expulsão – conduzida pelos grandes proprietários – de populações inteiras de suas terras secularmente ocupadas, tendo em vista a necessidade de expansão de áreas derivadas do incremento da infraestrutura produtiva e da capacidade de produção e endividamento.

Esse modelo que impulsionou o aumento vertiginoso da concentração fundiária ainda é bastante influente em vários setores da sociedade brasileira, especialmente no campo do ensino, pesquisa e extensão rural do Brasil. A Revolução Verde ainda é a base da formação dos técnicos e engenheiros formados nas Ciências Agrárias, inclusive os que atuam junto à agricultura familiar, sendo os maiores precursores de suas técnicas e princípios junto a este segmento. Já na economia, sua principal expressão é o chamado “agronegócio”, segmento dentro da agricultura brasileira que detém os maiores investimentos governamentais, operacionalizados por bancos públicos, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com apoio de políticas públicas articuladas, principalmente, pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

No campo da política, o agronegócio forma e controla a bancada de parlamentares (deputados e senadores) considerada a mais forte, influente e articulada do Congresso Nacional. Nela, o interesse corporativo une governistas e oposicionistas. O agronegócio goza de grande apoio também junto à grande mídia. Assim, invariavelmente, suas proposições e sua ideologia são colocadas pra população como sinônimo de fortalecimento e prosperidade econômica para o Brasil. Por conta de todo esse cenário, a Revolução Verde é símbolo de “modernidade” e “desenvolvimento” para a maioria da população.

1 As altas taxas de juros, aliadas aos altos custos com insumos e maquinários típicos do “pacote” ou a rendimentos abaixo das expectativas, acabavam fazendo com que o capital financeiro se apossasse dessas propriedades.

Porém, esse conjunto de ações que fortaleceram - e fortalecem - a agricultura patronal brasileira levou a uma degradação sem precedentes dos recursos naturais, endividamento e falência de milhões de pequenos e médios agricultores; e à expulsão de populações inteiras de suas áreas de origem, sempre acompanhado da violação sistemática e explícita de direitos humanos. Isso colaborou de forma decisiva para a periferização e inchaço dos grandes centros urbanos, entre outras inúmeras - e não menos importantes - consequências que transformaram o Brasil em um dos países de maior desigualdade social do mundo, o que contradiz de maneira frontal a imagem externa de país pujante e de potência emergente que vem conseguindo superar a pobreza a passos largos e firmes.

Entre tantas as expressões negativas deste modelo insustentável de desenvolvimento, talvez a mais contundente e que vem preocupando e mobilizando as organizações da sociedade civil e movimentos sociais brasileiros mais recentemente, é o uso dos agrotóxicos nos alimentos de origem vegetal e de antibióticos nos derivados de animais. Em 2008, o Brasil despontou como o maior consumidor de agrotóxico do mundo. Em 2010, manteve o posto com o consumo e uso de um milhão de toneladas, o que representava o consumo de 5,2 litros de veneno por brasileiro/ano², impulsionado pela isenção de tributos sobre a comercialização e negligência por parte dos órgãos reguladores da vigilância sanitária. Os produtos mais contaminados são as hortaliças, em sua maioria consumidas cruas e base da dieta de pessoas em estado de saúde mais vulnerável, como idosos e crianças.

Agroecologia: produzindo alimento com justiça socioambiental

Nesse contexto, a necessidade do consumo de produtos livres de venenos - oriundos de processos produtivos “limpos” e fruto dos esforços e lutas de populações menos favorecidas pelo acesso aos seus territórios originários e pela preservação da agrobiodiversidade - abre espaço para alternativas ao modelo dominante de agricultura.

Mesmo durante as décadas de 70 e 80, época de maior disseminação das práticas da Revolução Verde, houve agricultores/as e técnicos/as que resistiram e continuaram a produzir baseados nos princípios da ecologia. Assim, fortaleceram-se a partir da oposição ao modelo dominante, que causava consequências ambientais, econômicas e sociais negativas.

O termo agroecologia é apresentado primeiramente pelo agrônomo russo *Basil Bensin* ainda 1928, mas somente foi ter maior expressão com o avanço da Revolução Verde, sendo desde então a principal alternativa a esse modelo. A agroecologia enquanto ciência agrega conhecimentos da agronomia, ecologia e do saber popular, sendo desenvolvida “a partir do local e para o local”, não podendo ser disseminada como “um pacote” de tecnologias, práticas e

2 Dados Agência Nacional de Vigilância Sanitária em 2011.

conhecimentos a ser aplicados em todos os lugares, como propõem e fazem os defensores do modelo de desenvolvimento rural ancorado na Revolução Verde.

A agroecologia *stricto sensu* pode ser percebida como uma abordagem para a agricultura que se baseia em dinâmicas e processos da natureza, dos quais se deve partir para planejar o espaço produtivo (uma propriedade, várias propriedades, uma região inteira, etc.). Chamamos de *agroecossistemas* o local onde se busca esta “inspiração” e a agroecologia acontece.

Nesse contexto, a agricultura e a pecuária se estabelecem tendo como prioridade a manutenção da segurança alimentar - depois, a comercial - a partir dos conhecimentos ancestrais sobre o meio ambiente e da modificação do espaço para o desenvolvimento de sistemas de produção nos agroecossistemas. Como esses sistemas produtivos são baseados na desuniformidade da natureza, não é possível a utilização das tecnologias da agropecuária moderna, sempre pensadas para monocultivos. Isso faz com que os serviços da extensão agropecuária agroecológica tenham a missão de adaptar essas tecnologias às diferentes situações da agroecologia, mas sem colocar em risco a reprodução da biodiversidade. A agroecologia é contrária a tudo que reduza e comprometa a reprodução da biodiversidade, um dos pilares principais de sua proposta.

Para compreender melhor a contribuição da agroecologia em cada local, se faz necessário conhecer a história e os sinais do ambiente. Os agricultores, povos e comunidades tradicionais são os únicos capazes disso, sendo responsáveis pela criação e continuidade das práticas agroecológicas. Ou seja, sem essas “identidades” não existe agroecologia.

Talvez por isso a agroecologia difira tanto da agricultura orgânica atual, criada como uma proposta que visava uma agricultura sustentável, baseada no uso das potencialidades locais – tendo a propriedade como fonte de insumos -, assim como na prática de preços justos. Entretanto, atualmente é praticada majoritariamente como um nicho de mercado. Dependente de vários processos tecnológicos e insumos importados, vem se tornando uma agricultura de elite, totalmente voltada para quem pode pagar mais por um produto mais saudável.

Em contraposição, a agroecologia prevê que a produção – além de integrada aos sistemas naturais - seja social e economicamente justa, baseada na organização dos agricultores e na promoção de uma teia complexa de processos interdependentes que interajam dentro e fora da propriedade, podendo assim ser aplicada por agricultores familiares, tanto individualmente quando de forma coletiva.

Adeus à Europa: novas e velhas realidades socioeconômicas no campo

O principal avanço da agroecologia no Brasil ocorreu pela ação das organizações não governamentais (ONGs) a partir da década de 80, sendo que somente a partir de 2003 o governo brasileiro passou a incorporar o termo em seus documentos oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e nas ações governamentais de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações mais pobres.

Durante os últimos 30 anos, as ações das ONGs têm contado com o apoio de

entidades da cooperação internacional, principalmente, do campo ecumênico europeu. Essas parcerias, sem dúvida, possibilitaram as conquistas atuais - ainda poucas em nossa avaliação, mas que representam um avanço em relação ao que foi e continua sendo realizado em termos de experiências agroecológicas no Brasil.

A principal vantagem na parceria com as organizações internacionais consistia no apoio continuado e na confiança na execução dos projetos, além da flexibilidade em relação a possíveis mudanças no planejamento das ações, sempre visando à qualidade dos resultados, mais que à quantidade.

Com o avanço da crise financeira internacional, cada vez menos entidades conseguem manter a cooperação com as organizações brasileiras, sendo mais privilegiadas ações assistencialistas de curto e médio prazo, como doações e execução de programas de assistência social. Isso tem obrigado as organizações brasileiras do campo da agroecologia a buscar recursos governamentais dentro do país, iniciando uma nova era para as ONGs, com foco maior na quantidade que na qualidade, além de dificuldades de operação de recursos, tendo em vista a burocracia necessária para o uso de verbas oficiais e a deficiência da estrutura de gestão.

Em muitos casos, a maioria dos recursos são gastos em razão da burocracia para a execução da ação, e não na atividade em si, fragilizando as instituições junto às famílias parceiras. Hoje, um dos principais problemas destes financiamentos operados pelo governo é a incompatibilidade entre o que está previsto como “objeto” e o “como” será executado. Isso porque enquanto o objeto prevê o desenvolvimento da ação junto a agricultores pobres com renda menor que R\$100 mensais, baixa escolaridade, em locais com infraestrutura de transporte precária e em municípios com uma grande ausência de políticas públicas, a execução considera que a condição para operação do projeto seja uma cidade de grande porte com oferta de serviços variados, infraestrutura avançada e forte presença de políticas públicas. Ou seja, os parceiros internacionais conhecem melhor a condição na qual se dará a execução do projeto que o próprio governo, o qual prevê a realização de ações em situações semelhantes a de países desenvolvidos, financiando iniciativas mais fáceis de serem executadas fora do país!

Com relação aos atores do processo, os agricultores brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em levantamento oficial realizado em 2006, existem 90 mil agricultores agroecológicos ou orgânicos³. Destes, 76.500 são familiares, compondo um universo de 4,5 milhões de trabalhadores da agricultura familiar (em geral) no Brasil. Entretanto, o quantitativo real é bem maior⁴, embora a capacidade de aumento seja limitada

3 Infelizmente o IBGE, como a maioria dos órgãos de governo, não distingue produção agroecológica e orgânica, enquadrando-as como categorias similares e apenas se referindo à contaminação da produção. Para estes órgãos, a diferença é que a primeira não é certificada, ao contrário da segunda.

4 Baseados nos movimentos e organizações participantes da Articulação Nacional de Agroecologia, estimamos que haja em torno de um milhão de agricultores, povos e populações tradicionais que façam agroecologia nas cinco regiões do Brasil.

pela falta de políticas básicas e outras que incentivem um planejamento baseado na produção sustentável.

Dentre os vários entraves para esse crescimento, destacamos ainda a falta de regularização fundiária, política de pesquisa, assessoria técnica, extensão rural, financiamento e real apoio para comercialização da produção agroecológica. Com relação à regularização fundiária, existem 891 mil agricultores familiares sem terras regularizadas. Sem dúvida, a concentração de 76% das terras nas mãos de cerca de 15% de proprietários é um grande obstáculo para o aumento e consolidação da agroecologia. Isso porque tal prática precisa de investimentos em cultivos permanentes em conjunto com a recomposição e manutenção do meio natural, processos que se tornam desestimulantes quando não há a garantia da posse definitiva da terra.

Outro problema que precisa ser superado está no campo da construção do conhecimento, pois apesar de existirem importantes iniciativas nas áreas da pesquisa, assessoria técnica e extensão rural voltadas à agroecologia, essas ainda são poucas, não representando 5% de tudo que é produzido no âmbito das Ciências Agrárias. Além disso, são fruto dos esforços individuais de pesquisadores e outros profissionais engajados, estando fora do plano político de instituições e governos.

Em relação à comercialização, apesar da conquista de importantes programas e políticas para apoiar agricultores familiares com a compra de sua produção - tendo maior preferência para os produtos agroecológicos -, ainda se tem pouco e as iniciativas existentes operam com demasiada dificuldade, novamente devido à falta de adaptação da burocracia às realidades das diferentes regiões do país.

Quanto ao apoio à produção agroecológica, sem dúvida, onde menos se avançou foi no financiamento. Isso porque as linhas de créditos oficiais existentes, além de poucas, na maioria dos casos esbarram na burocracia. Em termos proporcionais, o aporte de recursos do governo brasileiro para fomentar a agricultura familiar, onde estão inseridos os agricultores agroecológicos, representa somente 13% do valor total destinado ao setor agropecuário brasileiro. Em contrapartida, grandes empreendimentos agropecuários, que estão presentes em apenas 15% do total de estabelecimentos, ficam com 87% do financiamento (R\$ 107,2 bilhões), o que em uma conta simples perfaz R\$3.663 para cada família de agricultores familiares e R\$132.534 para cada estabelecimento não familiar, ou seja, uma diferença de 3.618%. E mesmo com essa diferença de apoio, a agricultura familiar é a principal responsável pelo abastecimento de alimentos à população, contribuindo com cerca de 90%, no caso de alguns itens da cesta básica. Nesse sentido, fica claro que a opção do governo brasileiro de apoiar um modelo de produção rural concentrador de terras, menos eficiente no uso de recursos públicos e direcionado para produção de *commodities*, além de violar gravemente os direitos já garantidos – e presentes em vários tratados internacionais -, beneficia diretamente os mais ricos, sem se importar com o restante da população. Pois, apesar de ser a sexta economia do mundo, com um PIB de USD\$2,6 trilhões, o Brasil conta com um contingente de 11,2 milhões de famílias (cerca de 50 milhões de pessoas, entre

adultos, jovens, idosos e crianças) que não têm acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para uma vida ativa e saudável, ou seja, passam fome em algum momento de suas vidas.

Diversidade em foco: como alimentar o mundo no futuro?

De certa forma, as economias em todo o mundo sempre experimentaram períodos distintos de crise, nos quais os mais afetados eram os países em desenvolvimento, como o Brasil. Entretanto, desde 2007, os países desenvolvidos têm acumulado processos consecutivos de crise, que certamente podem mudar suas formas de gestão econômica, caso nada seja feito.

De fato, o Brasil pode estar conseguindo crescimento econômico, mesmo quando as grandes economias mundiais veem suas estruturas financeiras gradativamente perderem força e se agarrarem cada vez mais em somas maiores de empréstimos que deverão ser pagas com êxito por suas apostas nos mercados de futuros – baseadas na maioria dos casos em negócios com os países em desenvolvimento, como uma forma de “transferir a crise”.

No caso brasileiro, assim como os de outras economias emergentes, a crise deve atingir outros setores da sociedade, pois uma economia que cresce acima de 4% desde 2007 apresenta conseqüências que afetam principalmente os mais pobres. No caso brasileiro, é inegável que a alta da inflação seja puxada pela alta dos preços dos alimentos, fato que contribuiu com quase 4% dos 7% de inflação acumulada registrada no ano de 2011 (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE).

A população que vive no campo é quem mais sofre com o aumento dos preços dos alimentos, e a única política de atendimento a esse público que cresce é a assistência social direta, como o programa Bolsa Família. Não há iniciativa voltada para o fortalecimento real dessa parcela da sociedade. Parte dessa população está sendo expulsa de suas terras pelos projetos do setor do agronegócio, grandes empreendimentos de geração de energia ou, mais recentemente, pela especulação imobiliária que forma bancos de imóveis - os quais, por sua vez, alimentam o crescimento dos empreendimentos agroindustriais e energéticos que avançam por áreas antes remotas do país.

Negócios como privatização de fontes de águas, instalação de jazidas, plantios de cultivos direcionados a agrocombustíveis e carvão, construção de hidrelétricas e termelétricas, ou criação de áreas de prospecção de gás e petróleo são cada vez mais crescentes no país, e tomam literalmente o lugar da agricultura familiar, que comprovadamente produz preferencialmente alimento para os mercados locais.

Como há uma falta de conhecimento mais aprofundado sobre esses impactos nas localidades e sobre como isso afeta o acesso aos alimentos, há o perigo de termos situações muito mais sérias que as projetadas, tendo em vista os cenários de importação de produtos da cesta básica, oferta de alimentos de péssima qualidade ou mesmo a falta de alimentos, fatos que ocorrem frequentemente nos municípios com perfil mais rural.

O agronegócio brasileiro, segundo dados do IBAMA e do IBGE, utilizou, abandonou ou subutilizou⁵ cerca de 60 milhões de hectares até 2008. Em projeção, para alcançar em 2020 a produção de 200 milhões de toneladas de grãos, chegará a outros 70 milhões de hectares. Se somarmos isso aos 200 milhões de hectares que ocupará a pecuária, teremos cerca de 313 milhões de hectares destinados a atividades de agroindústrias, ou seja, 36% do território nacional.

Esse cenário já está sendo divulgado pelos órgãos de apoio do setor sem que se faça um balanço do seu impacto sobre as desigualdades já existentes. Sem dúvida, irá impulsionar uma série de problemas socioeconômicos que não serão cobertos com o que esse setor vier a arrecadar caso as projeções se confirmem. Do contrário, ainda há o risco de os cofres públicos arcarem com prejuízos. Isso porque, historicamente, o setor empresarial, principalmente o agropecuário, além de ter seus investimentos subsidiados por recursos públicos, também obriga o governo brasileiro a gastar com os passivos sociais e econômicos gerados por esse modelo - como aumento da assistência social, remédios, habitação, etc.

As desigualdades e a degradação ambiental que serão causadas ou agravadas pelo pretendido avanço do agronegócio é algo que nem queremos imaginar. Mas quando chegarmos lá, ainda será possível negar a crise brasileira? Será que somente os mais pobres continuarão sentido esses efeitos? A qual cenário chegaremos? O que será o Brasil em 2050?

O aumento da produção de *commodities* é a parcela de contribuição do agronegócio brasileiro para que o país continue crescendo. Diz-se também que por causa disso o Brasil não estaria inserido na atual crise mundial. Essa argumentação é corroborada por projeções como a da FAO, segundo a qual em 50 anos a população mundial chegará a oito bilhões, tendo então alcançado patamares nunca vistos em termos de alimentação. Tal previsão pode abrir brechas para uma nova edição da Revolução Verde.

O problema verdadeiramente não é a falta de espaço para estabelecer cultivos que alimentem oito bilhões de bocas, e sim que modelo fundiário e produtivo será implementado. A atual crise desse modelo, que já há alguns anos nos fornece as provas de sua inviabilidade econômica e ecológica, está pautada na produção. Isso porque a sintetização da forma de produzir exauri os recursos naturais mais rapidamente ao usar extensas áreas para cultivar uma única espécie, o que resulta em um sistema extremamente frágil e artificial, propício a ter problemas com qualquer tipo de mudança climática.

A única escolha possível para que estabeleçamos cultivos que suportem - e até ajudem a minimizar - os efeitos das mudanças do clima está baseada em sistemas complexos, tendo a diversidade como elemento central, sendo realizada em pequenas e médias propriedades, ou ainda em áreas coletivas, proporcionando

5 Áreas geralmente que não atendem os parâmetros técnicos para serem consideradas produtivas. São deixados poucos animais em extensas áreas, somente para “marcar seu território”, aguardando melhores preços da especulação imobiliária. De acordo com a legislação brasileira, a terra tem que cumprir duas funções obrigatoriamente, a produtiva e a social, podendo na falta de atendimentos a esses requisitos ser colocada em programas de reforma agrária.

aumento de trabalhadores, com base na unidade familiar. Esse “modelo”, realmente revolucionário, já está em curso e possui milhares de praticantes em todas as regiões do Brasil⁶. Não há reprodução de modelos monolíticos ou dependência de mercados de insumos e maquinários porque produzem suas sementes e tecnologias, adaptando inclusive o que já foi gerado de conhecimento para a agricultura segundo uma lógica ecológica, mais orgânica, integrada e interdependente, respeitando os ciclos da natureza e servindo como recompositora de biodiversidade.

Uma das propostas de sistemas agroecológicos com maior poder de resiliência às mudanças climáticas está baseada na floresta, nos chamados sistemas agroflorestais, os quais “casam” culturas anuais com espécies florestais, principalmente nativas, e que em versões mais complexas podem incluir componente animal nesse conjunto.

Esse tipo de sistema é um bom exemplo de como a produção de alimentos pode ser casada com a recuperação e o aumento da biodiversidade local, ajudando assim na qualidade climática. Mas apesar de amplamente praticado, ainda é pouco divulgado, pois entre outras razões desconstrói a visão reducionista que a sociedade moderna tem do que é a agropecuária, perspectiva essa que representa como fomos colonizados pela ideia de que a natureza e a agricultura são “coisas” diferentes, a primeira mais contemplativa e a outra mais artificial, industrial. Vandana Shiva, física, filósofa e ativista ambiental indiana, denomina isso de monocultura das mentes, processo que nos fez esquecer que a agricultura nasceu da natureza, sendo praticada nos últimos 11.900 anos de forma integrada a ela.

Os defensores do agronegócio e dos monocultivos alegam que estes sistemas complexos baseados na agroecologia são pouco produtivos e não correspondem à produtividade de suas lavouras ou pastagens, argumento que novamente vai em sentido oposto ao do problema a ser enfrentado. Atualmente, a produtividade tem que estar baseada na diversidade para suprir a demanda de diferentes alimentos e matérias-primas necessários à reprodução da humanidade segundo uma lógica de produtividade do sistema, onde em uma mesma unidade é possível produzir frutas, legumes, cereais, fibras, óleos, essências medicinais, etc., e não mais produzir um só tipo e importar todos os demais.

A lógica da diversidade é perfeita para a manutenção de sistemas agroecológicos e de reprodução social e econômica das sociedades atuais. Não cabe mais termos que nos alimentar somente de cinco tipos de vegetais, contaminados, que gastam muito combustível para chegar aos longínquos destinos e são extremamente caros.

A responsabilidade dos governos

Mas ainda há muitos obstáculos a serem superados, as organizações de produtores agroecológicos poderiam multiplicar ainda mais suas experiências, aumentar o número de adeptos, ter mais visibilidade e estar acessível a um

6 Entre as experiências registradas de forma espontânea já se soma cerca de 1.585 cadastradas no site Agroecologia em Rede, da Articulação Nacional de Agroecologia (www.agroecologiaemrede.org.br). Esse número de registros é considerado baixo, não representando as expressões de sistemas de produção agroecológicos no país.

número maior de consumidores. Isso porque o potencial é muito grande e a “oportunidade” que essa crise proporciona é algo que coloca o modelo atual em choque com a própria existência da humanidade, tendo grande responsabilidade sobre a diminuição da biodiversidade planetária, o aumento da fome no Brasil e no mundo, e as mudanças climáticas, da qual se diz vítima.

É chegada a hora de o governo ter responsabilidade sobre esse patrimônio de experiências em desenvolvimento e parar de negligenciar a importância estratégica da agroecologia. Ela é a única alternativa capaz de produzir de forma sustentável, democratizar terras, valorizar povos do campo e proporcionar alimentos saudáveis.

Esse reconhecimento governamental tem que vir através de uma reforma agrária comprometida com essa proposta agroecológica, proporcionando a reocupação dos territórios, garantindo o direito à terra para quem já está produzindo, reconhecendo os territórios das comunidades e povos tradicionais, e dando condições a esses atores de (re)estabelecerem seus territórios e reproduzirem seus modos de vida. Tal mudança de paradigma deverá evoluir para implementação de políticas de incentivo à produção agroecológica que sejam capazes de proporcionar formas de financiamento adequadas aos vários cenários sociais da realidade rural brasileira. Assim será possível o surgimento de um Brasil desconhecido da maioria dos brasileiros, mas inconscientemente muito desejado, onde as relações de consumo e comercialização são também um espaço de troca de experiência permanente entre o campo e a cidade, entre produtores e consumidores, possibilitando assim a diminuição das fronteiras entre rural e urbano.

Sem dúvida, o Brasil é um dos locais onde essa verdadeira revolução está acontecendo, embora ainda deva ser conhecida e reconhecida tanto dentro como fora das fronteiras, proporcionando novas e sustentáveis possibilidades a uma terra já doente, que pode ser recuperada por todos aqueles que acreditam que um outro mundo em nosso tempo é possível.